SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO 5

NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO 9

NOTA DO AUTOR À 2.ª EDIÇÃO 11

1. A EVOLUÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA DO DIREITO AMBIENTAL NO PAÍS 19

2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO 27

3. CONCEITOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL 40

3.1 O equilíbrio ecológico como bem objeto do direito ambiental 40

3.2 Os componentes (recursos) ambientais como conteúdo do equilíbrio ecológico 42

3.3 O bem ambiental (equilíbrio ecológico e seus componentes) e suas características (titularidade, indivisibilidade, regime jurídico de uso comum, reflexibilidade e instabilidade) 46

3.4 O conceito de poluidor 51

3.5 O conceito de poluição 54

3.5.1 Poluição e meio ambiente 54

3.5.2 Poluição e efeitos da poluição 55

3.5.3 Poluição sob a perspectiva da *antijuridicidade ambiental* 56

4. O NOVO PAPEL DO ESTADO FRENTE AOS BENS AMBIENTAIS – UM NOVO REGIME JURÍDICO 59

5. PROCESSO CIVIL: TÉCNICA A SERVIÇO DO DIREITO MATERIAL 65

5.1 Técnica e direito: um "link" necessário 65

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2 A insuficiência da técnica processual individualista do Código de Processo Civil 66
5.3 Crises jurídicas e técnicas processuais ambientais..... 68
5.4 Meio ambiente e tutela jurisdicional 72
5.4.1 Os litígios ambientais: *maior incidência* dos deveres ambientais 72
5.4.2 Os deveres ambientais e a *tutela mais coincidente possível* com a regra de direito material . 74
5.4.3 A impossibilidade da maior coincidência possível e a *reparação específica* 74
5.4.4 As técnicas processuais para obtenção da *tutela específica* e da *reparação* in natura 75
5.5 Jurisdição civil coletiva e meio ambiente 81

6. O MEIO AMBIENTE E AS INFLUÊNCIAS SOBRE OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL 84
6.1 Introito: *devido processo legal ambiental* 85
6.2 Direito de ação e meio ambiente 89
6.2.1 Princípio do acesso à justiça e tutela do meio ambiente 89
6.2.2 Ação popular ambiental 94
6.2.2.1 Origens 94
6.2.2.2 Requisitos fundamentais 95
6.2.2.3 A legitimidade ativa e passiva na ação popular 97
6.2.2.4 A posição do Ministério Público..... 98
6.2.2.5 Pedido na ação popular..... 99
6.2.2.6 Coisa julgada *secundum eventum probationis* 100
6.2.2.7 Ação popular e tutela ambiental 100
6.2.3 Ação civil pública ambiental 102
6.3 Legitimidade para agir e meio ambiente 103
6.4 Elementos da demanda ambiental 107
6.4.1 Partes 108
6.4.2 Pedido e causa de pedir 112

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.5 Competência, conexão, continência e litispendência nas lides ambientais 117
6.6 Tutela de urgência nas demandas ambientais..... 125
6.6.1 Considerações preliminares 125
6.6.2 Sumariedade da cognição: consequências..... 128
6.6.3 Provisoriedade da tutela de urgência..... 132
6.6.4 Efetivação da medida urgente 134
6.6.5 Técnicas mandamentais e executivas *lato sensu* e tutela ambiental..... 144
6.7 Direito probatório e meio ambiente 147
6.7.1 Um novo paradigma para o direito probatório em razão da mutação do Estado liberal para o Estado social 147
6.7.1.1 Introdução..... 147
6.7.1.2 Noções preliminares: o Estado liberal e o Estado social democrático.... 151
6.7.1.3 Miradas sobre o direito probatório .. 161
6.7.1.4 Novas perspectivas sobre as regras de distribuição do ônus da prova 165
6.7.1.5 Sobre os poderes instrutórios..... 174
6.7.1.6 Reflexões finais sobre os poderes instrutórios do juiz e a distribuição do encargo probatório..... 179
6.7.1.7 A distribuição do ônus da prova sob a perspectiva da carga dinâmica da prova..... 185
6.7.2 A prova nas demandas coletivas..... 189
6.7.2.1 Introdução..... 189
6.7.2.2 A atividade inquisitorial acentuada nas demandas coletivas..... 189
6.7.2.3 Nexo da causalidade e prova nas lides ambientais: técnicas processuais de efetividade da tutela no âmbito do processo civil 192
6.7.2.3.1 Nexo de causalidade, regra de distribuição do ônus da prova e isonomia real 192

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.7.2.3.2 Técnica de inversão do ônus subjetivo da prova .. 198
6.7.2.3.3 A utilização de ficções e presunções no processo civil em favor do meio ambiente 203
6.7.3 A insuficiência de prova como fator impeditivo na formação da coisa julgada material nas demandas essencialmente coletivas 207
6.7.3.1 Considerações gerais 207
6.7.3.2 A expressão *improcedência por insuficiência de provas* e suas variações conceituais..... 212
6.7.3.3 O que significa *nova prova* na demanda essencialmente coletiva reproposta..... 219
6.7.4 Prova pericial e meio ambiente 223
6.8 Liquidação do dano ambiental..... 226
6.8.1 A importância da dimensão subjetiva e objetiva na liquidação do dano ambiental 226
6.8.2 A reparação integral e a delimitação do marco temporal e espacial do dano ambiental 227
6.8.3 Dano ambiental (coletivo) e danos individuais reflexos..... 227
6.8.4 Efeitos do dano ambiental..... 231
6.8.5 O procedimento liquidatório 234
6.9 Efetivação dos provimentos ambientais..... 236
6.9.1 Considerações iniciais 236
6.9.2 Norma jurídica concreta ambiental..... 237
6.9.3 Efetivação dos títulos executivos extrajudiciais..... 237
6.9.4 Termo de ajuste de conduta e obrigações de fazer ilíquidas..... 238
6.9.5 Cumulação de obrigações contidas no título e execução 239

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.9.6 A multa nos termos de ajustamento de conduta 239
6.9.7 Execução de obrigação de não fazer contida em título extrajudicial 240
6.9.8 Execução de título extrajudicial e tutela de urgência 240
6.9.9 Execução de títulos executivos judiciais 241
6.9.10 Responsabilidade patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica 242
6.9.10.1 Considerações preliminares 242
6.9.10.2 A desconsideração da personalidade jurídica na demanda cognitiva e nas execuções fundadas em título extrajudicial 245
6.10 Coisa julgada e meio ambiente 247
6.10.1 Características do meio ambiente 247
6.10.2 Os reflexos na coisa julgada ambiental 249

BIBLIOGRAFIA 255

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br